Em todo o país, circulam 9 propostas de iniciativa popular

MARCELO COPPOLA
Redator da **Folha**

Nove propostas de iniciativa popular já estão circulando por todo o país em busca das 30 mil assinaturas que as habilitariam a ser apresentadas ao Congresso constituinte na forma de emendas constitucionais. A iniciativa popular está prevista no artigo 24 do regimento interno do Congresso constituinte. Através dela, qualquer proposta de emenda constitucional que for patrocinada por três entidades associativas legalmente constituídas e obtiver a adesão de 30 mil eleitores será submetida ao plenário do Congresso constituinte em igualdade de condições com as emendas apresentadas por qualquer um dos constituintes eleitos. Cada eleitor pode subscrever, no máximo, três propostas. A assinatura precisa ser acompanhada de seu nome completo, endereço e dados do seu título eleitoral. Cada proposta só pode tratar de um único assunto.

Se as nove iniciativas populares que estão circulando desde o começo deste mês obtiverem sucesso, os constituintes terão de examinar desde a conveniência da proibição da fabricação de armamentos nucleares em território nacional até a manutenção da própria iniciativa popular na nova Constituição, através da possibilidade de que qualquer proposta assinada por 70 mil eleitores se transforme em projeto de lei.

Se for mantido o cronograma estabelecido pelo regimento interno essas propostas deverão ser apresentadas durante o mês de agosto, período em que o projeto de Constituição estará sendo discutido, em primeiro turno, no plenário.

Propostas

Uma das propostas de iniciativa popular visa garantir na futura Constituição mecanismos que garantam a igualdade de direitos entre homem e mulher. Moema Vizer, 48, —coordenadora da Rede Mulher, uma das entidades patrocinadoras da iniciativa— diz que espera "muito mais" do que as 30.000 assinaturas necessárias. Ela afirma que se não for aprovada em plenário, "significará que o mínimo das reivindicações das mulheres não foi aceito".

Pela proposta, fica proibida a diferença de salário e de critério de admissões por motivo de sexo, cor ou estado civil. "Homens e mulheres possuem a mesma dignidade pessoal e social", não podendo ser prejudicados ou tratados de forma discriminatória por ato de qualquer natureza. Assegura ainda acesso à ampla informação sobre o uso e os efeitos de métodos contraceptivos.

Francisco Whitaker, membro da Comissão Executiva do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte de São Paulo —movimento que reúne grupos e entidades da sociedade civil organizados para mobilizar a população em torno do Congresso constituinte—, prevê que a proposta de criação de instrumentos de participação popular na futura Carta também alcançará o número mínimo de signatários "sem dificuldade". A proposta —dos plenários pró-participação popular de todo o país— está sendo patrocinada por nove entidades, entre as quais a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP) da CNBB.

Ela assegura a iniciativa popular de leis, mediante proposta subscrita por pelo menos 70 mil eleitores, e também a possibilidade de que um número mínimo de eleitores igual a 1% do eleitorado do país apresente proposta de emenda à Constituição. A proposta prevê que as leis e atos federais relativos aos direitos humanos, às liberdades sociais dos trabalhadores e às condições do meio ambiente serão submetidos a um referendo, sempre que isso seja requerido por um número de eleitores igual a 0,5% do eleitorado. Determina também que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato do poder público.

O PDT organiza uma proposta de eleições diretas. Tendo sido lançada nacionalmente no último dia 4, em seu artigo único diz que o mandato do presidente da República é de quatro anos e que as eleições para o cargo serão realizadas em 15 de novembro de 1988, para o período a iniciar-se em 1º de fevereiro de 1989 (extinguindo-se o mandato "do atual presidente em 31 de janeiro deste último ano").

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) está patrocinando uma iniciativa popular que proíbe a "fabricação, armazenamento e transporte de armas (bombas) nucleares, assim como a participação brasileira em projetos que visem o desenvolvimento ou uso de tais armas".

Vinte e uma entidades ligadas aos trabalhadores —entre as quais a CGT, CUT, USI, Contag e CNTC— apóiam uma proposta que, entre outros pontos, cria o reajuste automático mensal de salários e dá ao trabalhador o direito de participar diretamente nos lucros da empresa. Determina ainda a existência de um "salário mínimo real, nacionalmente unificado, capaz de satisfazer efetivamente às suas necessidades normais e às de sua família, a ser fixado pelo Congresso Nacional".

A Federação Nacional dos Engenheiros, a Federação Nacional dos Arquitetos, a Articulação Nacional do Solo Urbano, a Coordenação Nacional dos Mutuários, o Movimento de Defesa do Favelado e o Instituto de Arquitetos do Brasil mobilizaram-se em torno de 23 artigos favoráveis a uma reforma urbana. Determina, por exemplo, que a prestação de serviços públicos é monopólio do poder público e será realizada através da administração direta e indireta. Pela proposta, as tarifas do serviços de transporte coletivos urbanos serão fixadas de modo que a despesa dos usuários não ultrapasse 6% do salário mínimo mensal.

Há também listas de assinaturas em favor do ensino público e gratuito, organizadas por catorze entidades reunidas no "Forum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito".

Em torno de questões ligadas à saúde pública, reuniram-se entidades de todo o país no "Plenário Nacional de Entidades e Movimentos de Saúde". Entre outros pontos, a proposta dessas entidades defende a "participação, em nível de decisão, de entidades representativas da sociedade na formulação e controle das políticas e das ações de saúde em todos os níveis".

O Partido Humanista também tem sua proposta: ela determina, entre outros pontos, que todo candidato ao legislativo ou executivo fica obrigado a assinar, antes da eleição a que concorra, contrato de representação e responsabilidade política a ser registrado em cartório, assumindo assim o compromisso de cumprir com as promessas eleitorais, sob pena de perda de mandato.

Onde você pode encontrar as listas das iniciativas

Veja abaixo os locais onde podem ser encontradas as listas de adesão às iniciativas populares:

*1. **Contra as Armas Nucleares**: Secretaria Geral da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) Caixa Postal 11.008 CEP 05499 São Paulo SP.*

*2. **Direitos dos Trabalhadores**: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. SBS Ed. Seguradoras 6º andar CEP 70072 Brasília DF (061) 225 9704.*

*3. **Direitos e Garantias da Mulher**: Rede Mulher - Caixa Postal 1803 CEP 01051 - São Paulo SP (011) 262 9407.*

*4. **Ensino Público e Gratuito**: Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), rua Barão de Itapetininga, 93, 11º andar CEP 01042 São Paulo SP (011) 258 0244.*

*5. **Formas e instrumentos de participação popular**: Intercomunicação, a/c IEE-PUC, rua Monte Alegre, 984 CEP 05014 São Paulo SP (011) 62 2189.*

*6. **Mandato do presidente da República**: Diretório Regional do PDT - rua Barão de Limeira, 238, 1º andar CEP 01202 São Paulo SP (011) 221 2347.*

*7. **Reforma Urbana**: Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo, rua Avanhandava, 126, 11º CEP 01306 São Paulo SP (011) 259 9348.*

*8. **Saúde**: Associação Brasileira de Enfermagem - secção São Paulo, rua Napoleão de Barros, 275, CEP 04024 São Paulo SP (011) 575 2288.*

*9. **Responsabilidade Política**: Partido Humanista (PH), rua Cubatão 594-B, CEP 04013 São Paulo SP (011) 570 4910.*

Defensores da pena de morte querem levar o tema a plebiscito

IGOR FUSER
Coordenador de Política da Sucursal de Brasília

Os partidários da pena de morte já dão sua causa como perdida no Congresso constituinte. Diante da ampla maioria de parlamentares contrária à introdução da pena capital —proposta rejeitada ontem na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais—, eles querem agora transferir o embate para um terreno que julgam mais favorável: o da opinião pública. O deputado Amaral Netto (RJ), líder do PDS e um dos mais fervorosos defensores da execução de criminosos, está propondo que a questão seja decidida num plebiscito, logo depois de promulgada a nova Constituição. Entidades como a Anistia Internacional —ponta-de-lança de um "lobby" anti-pena de morte que inclui a Igreja Católica e a Ordem dos Advogados do Brasil— se preparam para sair a campo na tentativa de impedir que ganhe corpo a proposta do plebiscito.

"A questão do plebiscito é muito delicada", admite Rodolfo Konder, um dos dirigentes da seção brasileira da Anistia, organização apartidária que luta, no mundo inteiro, pela libertação dos presos de consciência (isto é, que não tenham usado ou advogado a violência), contra as torturas a qualquer prisioneiro e pela abolição da pena de morte. Ele se referia ao fato de que o plebiscito, por possibilitar que a população decida diretamente sobre assunto de seu interesse, é visto sempre como um método mais democrático do que a deliberação através de representantes, indireta. Mas a entidade, afirma, está disposta a correr o risco de assumir uma posição que pode soar nos ouvidos da maioria como "antipática". "Um plebiscito como esse seria claramente manipulado", diz o administrador de empresas Carlos Alberto Idoeta, presidente da seção brasileira da Anistia. "Diante da lavagem cerebral a que vem sendo submetida a população, através de programas de rádio e televisão que distorcem a questão da violência, a aprovação da pena de morte seria praticamente inevitável", afirma.

"Anseio popular"

A suposição de que a maioria dos brasileiros deseja a morte como punição para certos crimes é o único ponto comum entre a Anistia e Amaral Netto. O deputado exibe, para quem quiser ver, uma enorme pilha de papéis contendo as sugestões que recebeu de eleitores pedindo a pena de morte. Os números do Prodasen —o serviço de processamento de dados do Senado— dão uma medida do interesse que o assunto desperta: com 4.601 sugestões, a pena de morte só foi superada pela reforma agrária, que recebeu 4.863 sugestões. Isso prova, segundo o líder pedessista, que sua proposta reflete um poderoso "anseio popular".

Famoso nos anos 70 como repórter que fazia a apologia das realizações do regime militar, Amaral Netto demonstra sua habilidade política ao encampar a bandeira do plebiscito, tradicionalmente empunhada pelas esquerdas —as quais, no Congresso constituinte, batalham para que a nova Carta seja submetida a um referendo popular. Para Amaral, contudo, o plebiscito só se aplica ao que chama de assuntos de "foro íntimo". Isso inclui, segundo ele, além da pena de morte, o aborto e o divórcio.

Apesar das paixões que o tema desperta, Amaral Netto é um combatente quase solitário no Congresso constituinte. Seu único parceiro nessa campanha —à parte os simpatizantes da pena de morte que preferem manter um discreto silêncio sobre o assunto— é o paulista Farabulini Júnior, do PTB. Farabulini, um janista histórico, é o autor da emenda que estabelece a pena de morte "em caso de guerra externa e crimes de roubo, de sequestro, de rapto, de estupro e de atentado violento ao pudor, quando seguidos de morte e quando se der a reincidência".

Farabulini foi voto vencido na Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, e isto deverá se repetir nas demais instâncias decisórias do Congresso constituinte. A tese vitoriosa, do relator Darcy Pozza (RS), pedessista como Amaral Netto mas contrário à pena capital, arrola em primeiro lugar entre os direitos do cidadão "a vida". "Não haverá pena de morte", salvo em casos a serem estabelecidos para situações de guerra externa, afirma o parecer aprovado ontem. O mesmo texto introduz no país a prisão perpétua, para os crimes de estupro e sequestro seguidos de morte.

Os partidários da pena de morte acham a prisão perpétua insuficiente como medida dissuasória. Para Farabulini, só a pena de morte será realmente capaz de "atemorizar" os criminosos, de modo a reduzir a incidência dos crimes que classifica como "macabros". "É como um sinal vermelho. Se o motorista sabe que pode ser multado, não ultrapassa", compara.

Raciocínio oposto é o empregado pela Anistia Internacional. "A pena de morte só vai agravar a criminalidade, porque reforça a idéia de que a violência é solução para os problemas", afirma Rodolfo Konder. Citando estatísticas, Carlos Alberto Idoeta reforça o argumento de seu companheiro: "Nos países que introduziram a pena de morte, os crimes não diminuíram, e, ao contrário, nos países em que ela foi abolida a criminalidade não aumentou."

Na prática, acrescenta ele, "a pena de morte já é aplicada maciçamente no Brasil, através das execuções extrajudiciais, feitas pela polícia". E isso, lembra, não mostrou eficácia no combate à criminalidade.

A Anistia esgrime ainda três outros argumentos contra a pena de morte:

1. É discriminatória: nos países onde é aplicada, como os Estados Unidos, os réus executados são quase sempre pobres, sem dinheiro para pagar bons advogados;
2. Sempre há possibilidade de erro judicial (nesse caso, evidentemente, não há como voltar atrás na sentença que já foi aplicada);
3. A pena de morte desvia a atenção dos problemas sociais que são a causa da maior parte dos crimes.

Amaral e Farabulini contestam esse último ponto, com veemência. Segundo eles, associar pobreza e criminalidade é uma "ofensa aos mais pobres". Afirma Farabulini: "A pena de morte não visa alcançar o fraco que rouba para comer, mas o forte que mata com brutalidade."

Como se pode notar, trata-se de uma polêmica com combustível para prosseguir indefinidamente. Independente dos pontos de vista em jogo, o que parece explicar a posição contra a pena de morte predominante entre os constituintes é a tendência que se verifica em escala internacional, pela sua abolição. Na Europa Ocidental, o último país a abolir a pena capital foi a França, em 1981. Mesmo em países onde ela existe, como a Polônia, há muitos anos ninguém é executado. Os Estados Unidos, onde há 1.800 pessoas no "corredor da morte", permanecem um caso isolado entre os países mais desenvolvidos.

Editoria de Arte

A PENA DE MORTE EM SEIS PAÍSES

Aplicam			Aboliram		
União Soviética	**China**	**Estados Unidos**	**Inglaterra**	**França**	**Espanha**
É um dos países onde mais ocorrem execuções. O sistema penal soviético prevê a pena de morte não apenas para crimes violentos, mas para delitos como a corrupção. Em 1985, foram executadas, segundo dados oficiais, 27 pessoas, algumas delas por "crimes econômicos", mas a Anistia Internacional acredita que o número verdadeiro é muito maior. Não há dados sobre 1986.	Milhares de pessoas foram executadas nos últimos anos, condenadas por crimes que vão desde assassinato, roubo e estupro, até delitos como contrabando, fraude e tráfico de drogas. Em muitos casos, os réus são fuzilados logo depois de condenados. A ampliação do uso da pena de morte faz parte de uma campanha governamental para reduzir a criminalidade.	No ano passado foram executados 65 presos. Há mais de 1.800 condenados no "corredor da morte", aguardando execução. A pena de morte é aplicada em 37 dos cinquenta Estados, em casos de crimes violentos, inclusive os cometidos por retardados mentais ou menores de idade. A forma tradicional de execução é a cadeira elétrica, que vem sendo substituída pela injeção de substância química letal.	A pena de morte foi abolida em 1964, ano da última execução pelo método tradicional do enforcamento. Desde então, foram feitas cinco tentativas no Parlamento para a reintrodução da pena capital. A última delas foi em abril deste ano, com o apoio da primeira-ministra Margaret Thatcher. Mas o Parlamento rejeitou a proposta por 342 votos a 230. O principal argumento dos partidários da pena de morte é o aumento da criminalidade naquele país.	O país aboliu a pena de morte em setembro de 1981, após a chegada dos socialistas ao poder. No entanto, com a vitória dos conservadores nas eleições de março do ano passado, ganha corpo a proposta de reintroduzir a pena capital. Tanto o primeiro-ministro Jacques Chirac (conservador) como o presidente François Mitterrand (socialista) são contra, assim como a maior parte da opinião pública. A França foi o último país da Europa Ocidental a abolir a pena de morte.	O fim do regime franquista, em 1975, representou também a abolição da pena de morte. A última execução havia ocorrido no ano anterior, quando o anarquista catalão Salvador Puig Antich morreu no garrote vil, condenado pelo assassinato de um policial. O garrote vil é uma antiga forma de execução na Espanha: o condenado senta-se de costas para um tronco de madeira com o pescoço preso a uma coleira de ferro, enquanto um cravo de aço penetra na medula espinhal.

UDR impede reunião sobre reforma agrária

Da Sucursal de Brasília

A União Democrática Ruralista (UDR) impediu que a Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária se reunisse na manhã de ontem, comparecendo com mais de cem fazendeiros em sua sala —onde cabem pouco mais de trinta pessoas. A reunião foi transferida para o período da tarde.

A Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, reduziu o prazo para impugnação de mandato de deputado ou senador, antes estabelecidos em dois anos e agora fixado em seis meses. Foi rejeitada a possibilidade de reeleição para cargos executivos quando o eleito renunciasse e o seu vice fosse de outro partido.

Na tarde de ontem, reuniu-se também a Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e da sua Segurança, para apreciar o relatório final do deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), que está sendo acusado de ter delegado a redação do seu parecer a coronéis da assessoria parlamentar do Ministério do Exército. Fiuza, ouvido pela **Folha**, admitiu a colaboração, mas afirmou que o relatório é de sua própria autoria.

'Municípios' é a 1ª a entregar relatório

Da Sucursal de Brasília

A Subcomissão dos Municípios e Regiões foi a primeira a concluir e entregar seu relatório final, onde propõe o fortalecimento dos municípios, igualando-os aos Estados e Distrito Federal como integrantes da Federação. Dá autonomia às Câmaras de Vereadores para legislarem inclusive sobre matéria financeira, institucionaliza a Associação de Municípios, assegura a criação dos Juizados de Pequenas Causas a nível municipal e estabelece a instituição, através de lei complementar, de um Conselho de Ouvidores Municipais, eleito pelo voto direto e secreto, para fiscalizar o desempenho da administração municipal.

A Subcomissão dos Estados começou a votar ontem à tarde o relatório e as emendas que pretendem suprimir do anteprojeto os artigos que criam novos Estados e permitem à União dar ajuda financeira para instalação dessas unidades. A Subcomissão da União, Territórios e Distrito Federal discutia a proposta do deputado Sigmaringa Seixas (PMDB-DF) de autonomia para o Distrito Federal.

Situação política pode gerar neuroses, afirma psiquiatra

Da Sucursal de Campinas

A situação política instável, a sequência de escândalos sem que os responsáveis sejam punidos e o não cumprimento de promessas são, segundo Mauricio Knobel, 65, professor titular de psiquiatria da Unicamp, fatores que afetam psicologicamente a população, aumentando os casos de neuroses e a ocorrência das doenças psicossomáticas, como problemas gástricos, intestinais, cardíacos, hipertensão, estresse e outras. Para Knobel, essas doenças decorrem do estado de ansiedade e insegurança causado por esses fatores.

"Pode-se falar que temos instituições e países, que, comparativamente com o indivíduo, aparecem como doentes. O Brasil, neste momento, é um país doente e um país doente cria indivíduos doentes", disse Knoble, que participou na noite de sexta-feira, em Campinas (100 km a noroeste de São Paulo) de uma mesa redonda sobre o tema "Psicanálise e Política", promovida pelo núcleo de estudos psicológicos da Unicamp, do qual é coordenador.

Segundo o psicanalista, os indícios dessa doença do país estão em atitudes psicóticas, como projetos e obras faraônicas —caso da Ferrovia Norte-Sul—, a poucos quilômetros de bolsões de extrema pobreza em que crianças morrem de fome. Knobel disse que a influência negativa da situação política sobre as pessoas pode ser medida pelo aumento do número de consultas por depressão. Segundo ele, no hospital das clínicas da Unicamp houve neste ano um crescimento de 70 a 80% no número de casos de depressão em comparação ao primeiro semestre do ano passado.

O psicanalista afirmou que os governantes e legisladores deveriam procurar assessoramento psicológico que os ajudasse a pensar no impacto causado sobre a população por suas atitudes. Para Knobel, a influência psicológica negativa da situação política "parece que começou a partir do governo militar, mas deu um pulo nos últimos dois anos".

Paulo Roberto Sauberman, 47, ex-presidente da sociedade brasileira de psicanálise do Rio de Janeiro, afirmou que é difícil detectar se os casos de depressão ou neurose são causados pela instabilidade política sentida pelo paciente.

Descriminalização do aborto é derrotada

Da Sucursal de Brasília

A descriminalização do aborto sofreu ontem a sua segunda derrota no Congresso constituinte. A Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais rejeitou a emenda do deputado José Genoino (PT-SP), por dezessete votos contrários e apenas um a favor —do deputado José Carlos Coutinho (PMDB-GO). Na sexta-feira, a Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso havia rejeitado, por unanimidade, a possibilidade do aborto em casos de estupro, gravidez de alto risco e casos de má-formação fetal.

Na Subcomissão dos Direitos Individuais, porém, foi derrubado o texto original onde se dizia que "será punido como crime o aborto diretamente provocado" e aprovado em seu lugar outro que afirma: "A vida, desde a sua concepção até a morte natural" é um direito, nos termos da lei". Os discursos, extremamente conservadores, dos adversários do aborto irritaram os deputados Roberto Freire (PCB-PE) e José Genoino (PT-SP), para quem a subcomissão "está querendo votar um decálogo da Idade Média, retrógrado até em relação à Constituição atual".

Sistema único de saúde é aprovado

Da Sucursal de Brasília

A Subcomissão da Saúde e do Meio Ambiente, do Congresso constituinte, aprovou ontem a criação de um sistema único de saúde e a subordinação do Instituto Nacional de Previdência Social ao Ministério da Saúde, em vez do Ministério da Previdência, como atualmente. "Foi uma vitória. O texto foi aprovado na sua totalidade sem que se perdesse um item sequer", festejou o relator Carlos Mosconi (PMDB-MG). O líder do PMDB no Congresso constituinte, Mário Covas, também estava satisfeito: "Finalmente um consenso", disse.

O sistema de saúde criado prevê o acesso livre e gratuito para toda a população. Foi proibida a propaganda comercial de remédios, bebidas e cigarros e o próximo passo, segundo o deputado Mosconi, será a apreciação dos textos sobre seguridade (previdência) e meio-ambiente, para o que já se encontram em Brasília diversos ecologistas na tentativa de influenciar a confecção de "um anteprojeto comprometido com a defesa da fauna e da flora", como afirmou o deputado Walter Feldman (PMDB-SP).